

uma empresa diversificada; o ponto importante é o inter-relacionamento entre unidades;

— no capítulo 10 o inter-relacionamento é usado na estratégia de diversificação horizontal (conglomerados não-relacionados nos ramos de negócios);

— o capítulo 11 mostra como se consegue obter colaboração e inter-relacionamento;

— o capítulo 12 trata do problema das vendas conjuntas (cal com cimento), a estratégia na qual isso deve ser usado, a maneira de dar preços a diferentes produtos e subprodutos, ou finalmente a compra de produtos junto com outros;

— no capítulo 13 começa a Parte IV do livro, com a formulação de estratégia competitiva em fase de incerteza;

— os capítulos 14 e 15 tratam de estratégias defensivas e ofensivas.

O livro, tal qual os outros dois de Porter, pode ser altamente recomendado para leitura de gerentes e diretores de empresa e para alunos de cursos de mestrado e doutorado em administração de empresas. Para entender o livro, há necessidade de conhecimentos inter-relacionados das diversas áreas, pois para o autor isso é fundamental. A linguagem do livro sofre, mais que o primeiro volume, de uma nova língua, "administradês", que parece estar penetrando o campo de estudo, após longos anos nos quais a administração de empresa se defendeu do economês. O autor possivelmente consegue criar tais palavras, mas o tradutor terá dificuldade na versão precisa, do conceito, no vernáculo. Mas este e a ausência de referência a cartéis são os únicos senões do livro. Porter conseguiu continuar bem o que começou ótimo. Altamente recomendável, inclusive para tradução.

*Kurt Ernst Weil*

*Professor titular no*

*departamento de Administração*

*da Produção e Operações*

*Industriais da Escola de Administração*

*de Empresas de*

*São Paulo da Fundação*

*Getúlio Vargas.*

Baía Horta, José Silvério. *Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982, 226 p.

O presente livro de Baía Horta, com o subtítulo *Uma contribuição à história da educação brasileira no período 1930-1970*, constitui-se num remanejamento, com pequenas modificações, de uma tese de doutorado concluída em janeiro de 1975, sob a orientação do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes.

O autor procura, na verdade, realizar um estudo aprofundado da *"influência do Conselho Federal de Educação na evolução do planejamento educacional brasileiro*, no período que vai de sua instalação, em 1962, até a elaboração do Plano Setorial de Educação e Cultura — 1972/1974, como parte do I Plano Nacional de Desenvolvimento" (p. 14; grifos do original). Para concretizar essa proposta de trabalho, é obrigado a voltar no tempo, fazendo constantes referências a planos, manifestos, projetos e leis que, desde a década de 30, condicionam as decisões que se tomam no campo da educação brasileira. No seu entender, o planejamento educacional vem a ser uma área privilegiada, na qual se manifestam com mais clareza as ligações existentes entre educação e sociedade. Dessa maneira, "embora estejamos partindo de um problema de natureza educacional, estaremos considerando a Educação como um fenômeno que não pode ser estudado desligado da estrutura sócio-econômica e política na qual está inserido" (p. 14).

Antes de prosseguir, Baía Horta explica, em linhas gerais, o que vem a ser e quais as atribuições do Conselho Federal de Educação (CFE). Criado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (de 20 de dezembro de 1961), o CFE é um colegiado com a finalidade de desempenhar o papel de órgão de natureza técnica, normativa e decisória no âmbito do MEC. "Constituído por 24 membros, com mandatos de 6 anos, nomeados pelo presidente da República dentre pes-

soas de notável saber e experiência em matéria de Educação, o CFE está dividido em Câmaras, para deliberar sobre assuntos pertinentes aos diferentes níveis de ensino, e se reúne em plenário, para deliberar sobre os pronunciamentos das Câmaras e discutir sobre matéria de caráter geral" (p. 12).

Assim, com base no que se apresentou até o momento, ainda que em rápidas passagens, o autor desenvolve o seu trabalho em seis capítulos. No primeiro, determina claramente a concepção de "plano de Educação" presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estudando as diferentes concepções de "plano educacional" existentes no Brasil na época da elaboração da LDB e acompanhando o surgimento e a evolução da idéia desse plano nos debates que se travavam no Congresso durante a sua tramitação.

No capítulo seguinte, examina-se a maneira pela qual o CFE interpretou a atribuição de elaborar o "plano de Educação" que a lei lhe havia conferido. Já no capítulo 3, é realizada uma análise do documento preparado pelo CFE (1962), onde estão contidas as metas quantitativas e qualitativas para um plano nacional de Educação, bem como as normas para distribuição dos recursos federais destinados a essa área.

Nos dois capítulos seguintes, "comparamos as metas quantitativas estabelecidas pelo CFE para o Plano Nacional de Educação, com as metas dos planos educacionais elaborados no Brasil no período de 1962-1970, para verificar uma possível influência do Conselho na determinação destas últimas, e comprovamos até que ponto e de que forma o CFE defendeu os princípios implícitos nas metas por ele estabelecidas" (p. 15). Finalmente, no capítulo 6, o autor procura identificar o papel desempenhado pelo CFE no processo de planejamento educacional ocorrido no Brasil, no período 1962-71. Para tal, "analisamos as relações que se estabeleceram entre o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Planejamento neste período, bem como discutimos algumas questões relacionadas com o papel específico do 'educador' e do economista no processo de planejamento da Educação" (p. 15).

Conforme salientei logo no primeiro parágrafo, a redação original

deste estudo de Baía Horta data do início de 1975. De lá para cá, o pesquisador alterou significativamente sua posição frente ao problema do planejamento educacional, preocupando-se cada vez mais com o processo de definição da política educacional do Estado, para cuja implantação tal planejamento se apresenta como instrumento privilegiado. Ou, segundo suas próprias palavras, "consideramos (...) o planejamento educacional como um forma, entre outras, de intervenção do Estado em Educação, com vistas à implantação de uma determinada política educacional, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir as funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado. Isto nos leva a uma discussão sobre o Estado intervencionista e o planejamento como forma de intervenção. Obrigamos, além disso, a uma análise mais aprofundada das funções do sistema educacional, enquanto instrumento do Estado" (p. 9-10). Tais inquietações aparecem no seu excelente ensaio intitulado Planejamento educacional, publicado em livro coordenado por Durmeval Trigueiro Mendes (*Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, p. 195-239).

Após tais observações, há que se tecer algumas considerações finais a respeito de *Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil*. Apesar de ser um trabalho de pesquisa exaustivo e pioneiro sobre o tema, sua leitura se torna extremamente difícil devido às minúcias nas quais o autor acaba por se concentrar, em especial quando examina pareceres do CFE ou quando se dedica aos aspectos legais de determinadas questões. Em tais momentos — que infelizmente não são poucos — tem-se a sensação de que apenas alguns privilegiados conseguirão acompanhar o raciocínio de Baía Horta em toda a sua extensão. Entretanto, em que pese a tais restrições, sua leitura é indispensável para os interessados em história da educação no Brasil, em planejamento (educacional ou não), ou ainda, na história política brasileira dos últimos 20 ou 30 anos.

*Afrânio Mendes Catani*

*Professor no Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação da Unesp (Campus de Araraquara).*

Bastos, Élide Rugai. *Uma nova contribuição ao estudo das Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984. 142 p.

Recuperar e reinterpretar a história de movimentos sociais agrários no Brasil é contribuir tanto para avivar a memória sobre as lutas sociais travadas pelo povo brasileiro contra a exploração, a miséria e a opressão, como para a revisão crítica dos rumos e estratégias que adotaram. É com esse sentido que este novo texto sobre as Ligas Camponesas procura dar a sua contribuição para o entendimento do caráter das lutas sociais que ocorreram no Nordeste e no Brasil no período de 1954-64.

Ao longo de seus cinco capítulos, o livro de Élide Rugai Bastos faz a reconstrução de aspectos fundamentais do modo de vida camponês no engenho Galiléia (Pernambuco), através da representação que o trabalhador "foreiro" tem de seu trabalho e de sua luta pela terra; analisa o processo de expansão regional das Ligas e o caráter defensivo de sua luta; interpreta as alterações surgidas no processo de sua expansão nacional (período 1961-63) e a configuração da luta pela reforma agrária radical; elucida algumas das razões da crise interna do movimento que resulta na apresentação de um novo projeto político; finalmente, elabora algumas reflexões sobre as relações entre o movimento social e o Estado.

Sempre procurando recuperar as raízes do movimento social, o texto enfatiza as relações entre as condições de existência social e as modalidades de consciência que se expressam. Através da percepção de que o resultado de seu trabalho pode não ser suficiente para o pagamento da renda da terra, o camponês "foreiro" vislumbra a ameaça de sua expulsão do engenho, compreende a sua "condição de privação". Como diz o camponês: "E por aí tudo era fraco e vivia esse viver pobre. (...) Então tinha que fazer qualquer coisa, que não tinha saída: ou morrer ou viver de retirante."

De uma atuação defensiva, o sentido de garantir a posse da terra, o

camponês passa a questionar o seu uso provisório. Pela percepção de uma "consciência da privação e da desigualdade" que tem o camponês a respeito de suas condições de vida e de trabalho é que Élide Rugai Bastos demonstra como se constitui a identidade do movimento social. Esta identidade se configura, segundo a autora, na luta do camponês pela posse da terra.

Entretanto, ao analisar o processo de expansão regional do movimento (1955-61), no qual o oponente da luta camponesa deveria configurar-se de maneira cada vez mais clara, o texto aponta (polemicamente) para uma perda do sentido nuclear e básico de sua reivindicação, tanto gestada pela ampliação de base social do movimento (incorporação do parceiro, do arrendatário, do pequeno proprietário, do "morador" etc.) como pela identificação, pelas lideranças urbanas e político-partidárias da mobilização, do contexto social que se antepunha à luta: a persistência de "formas atrasadas, retrógradas e extremamente penosas de exploração semi-feudal" configuradas no latifúndio. A autora identifica aí uma má definição do adversário: "(...) não se trata do latifúndio, mas da propriedade capitalista. O direcionamento dado ao movimento afasta a luta do núcleo que daria unidade ao projeto camponês, a discussão clara de suas reais condições de existência social, condições essas que estão balizadas pelo processo de expansão do capitalismo no campo."

O texto ressalta a importância de se perceberem as causas reais da transformação das condições de vida dos camponeses. Analisando as diferentes relações de produção por eles vividas, aponta para a existência de um significativo "avanço do processo de subordinação desses trabalhadores ao capital" (configurado na reconcentração da propriedade de terras pelas centrais de usinas, na procura de aumento da produtividade do setor e na diminuição dos trabalhadores incorporados à produção) que conduz a um único destino: a proletarianização. À medida que as reivindicações do movimento originariamente reafirmariam a manutenção da autonomia do camponês através da persistência de seu controle sobre o seu processo de trabalho, a autora esclarece que "o que ameaça essa autonomia não é o 'velho', o latifúndio, mas o